

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE VISITAÇÃO PÚBLICA: REDES DO TUPÉ EM MANAUS ESTADO DO AMAZONAS

Maria das Graças Garcia

Mestre em Ciências Florestais e Ambientais, UFAM
E-mail: mariagarcia@ig.com.br

José Barbosa Filho

Doutorado em Engenharia de Produção pela UFSC
Professor de Valoração Ambiental, UFAM – PPGCIFA.
E-mail: paga.ambiente@gmail.com

Suzete Araujo de Lira

Mestranda de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia.
E-mail: sue.araujo15@hotmail.com

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE VISITAÇÃO PÚBLICA: REDES DO TUPÉ EM MANAUS ESTADO DO AMAZONAS

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ASPECTS IN PUBLIC VISITATION AREA: THE NETWORK OF TUPÉ IN MANAUS, AMAZONAS.

RESUMO

Este estudo centralizar-se na análise a respeito dos aspectos socioambientais na área de visitação pública, denominada REDES do Tupé, a fim de subsidiar como está a conservação, e a gestão das comunidades locais, determinar as estratégias para se atingir o estado da arte desejado e sustentável. Pretendemos mostrar fatos relevantes e as dificuldades enfrentadas, por comunitários e gestor, sendo este o responsável pelo setor público, em dar sustentação aos programas ambientais em Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou RDS, e por fim descrever as dificuldades advindas de problemas ambientais locais. Principalmente ao que tange na execução das atividades de fiscalização, contenção dos avanços urbanos sobre a unidade, seus impactos e degradação. A metodologia utilizada foi o levantamento de dados em bibliográficos, teses e dissertações, informações na SEMMAS, finalizando com visita técnica in loco, com entrevistas a comunitários previamente contatados. Foram feitas verificações dos aspectos físicos e ambientais locais, bem como fotografados, analisados e descritos, estatisticamente. O artigo se justifica, para que se compreenda e se conheça um pouco sobre a REDES do Tupé, de como vive as seis comunidades, o entorno, e sua população, uma vez que as Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis são consideradas instrumentos importantes na eficiência e eficácia da promoção na proteção e conservação da biodiversidade. Sendo a REDES do Tupé considerada a maior unidade de proteção ambiental do Município de Manaus, com extensão de 12 mil hectares de terra, com uma população residente estimada em 1.400 indivíduos internos, e outros 3.000 vivendo nas bordas desta RDS nos últimos anos.

Palavras-Chave: Instrumentos; Atrativos; Pressão Urbana; Desenvolvimento; Turismo em Reserva.

ABSTRACT

This study centering on the analysis regarding the environmental aspects in the area of public visitation, called REDES Tupé in order to subsidize as is the conservation and management of local communities, determine strategies to achieve the desired state of the art and sustainable. We intend to show relevant facts and the difficulties faced by community and manager, which is responsible for the public sector, to give support to environmental programs in Sustainable Development Reserve, or RDS, and finally describe the difficulties arising from local environmental problems. Mainly in relation to the execution of the activities of inspection, containment of urban developments on the unit, its impacts and degradation. The methodology used was a survey of bibliographic data, theses and dissertations, information on SEMMAS, ending with technical visit on the spot interviews with the community previously contacted. Checks were made of the physical and environmental sites, and photographed, described and analyzed statistically. The article is justified, in order to understand and learn a little about the REDES Tupé, how to live the six communities, the environment, and its population, since the Sustainable Development Reserves are considered important tools in efficiency and effectiveness promoting the protection and conservation of biodiversity. Being REDES Tupé considered the largest environmental protection unit of the municipality of Manaus, with an extension of 12 hectares of land, with a resident population estimated at 1,400 individuals internally, and another 3,000 living on the edges of this RDS in recent years.

Keywords: Instruments; Attractive; Urban Pressure; Development; Tourism Reserve.

INTRODUÇÃO

As deteriorações crescentes dos recursos naturais do planeta faz com que haja preocupação com proteção dos recursos ambientais, ganhe cada vez mais importância, pois a degradação ambiental é uma problemática global na atualidade, não pode ser analisada isoladamente, são problemas interdependentes, estão interligados, estes afetam o cosmo como um todo (GARCIA, 2013).

A despeito do tema, Bentes (2006, p. 97-100) cita que a cidade de Manaus paga um preço alto por conta da expansão urbana, do inchaço populacional, não esta sendo diferente nas reservas de desenvolvimento ou em seus balneários. Podendo ser visto uma urbanização desenfreada, com amontoados de barracas, desrespeitando as leis ambientais e a legislação urbana, sem o mínimo de condições de serem utilizadas como lazer e turismo.

Na unidade de conservação de uso sustentável, REDES do Tupé, no qual se embasa nosso estudo, apesar do grande esforço da Prefeitura Municipal de Manaus e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, com os cuidados existentes em melhorar o atendimento, há um hiato entre o poder público e a comunidade, já que o desenvolvimento sustentável se faz necessário à região e não pode ser feito sozinho.

Verifica-se que a pressão urbana da cidade, empurra a unidade isto tem causado impactos ambientais sem precedentes, o que contribui para a degradação, além é claro, da ganância de alguns que degradam, retiram recursos naturais, derrubando por terra, toda e qualquer sustentabilidade.

A pressão urbana trazida pela cidade de Manaus, que tem uma população estimada em mais de 1.738.641 habitantes (IBGE, 2010), com as ações provocadas pelo homem através do consumismo em excesso, produzem alterações sobre o ambiente, ou em parte dele, são dados que

ainda hoje, não se pode mensurar ou são incalculáveis.

O objetivo principal deste artigo, foi o de analisar sucintamente sobre os aspectos socioambientais na área de visitação pública da REDES do Tupé. Bem como, o de demonstrar como vêm sendo utilizado os recursos naturais, humanos e materiais nesta unidade. Além da verificação se os instrumentos sócio-educativos e ambientais, aplicados nesta RDS, atendem a legislação federal, 9.985 de 2000 (SNUC) e de que forma esta tem contribuído na conservação e preservação ambiental local.

A metodologia utilizada foi bibliográfica, com levantamento de dados na SEMMAS, visita *in loco*, a fim de verificar os aspectos da RDS, além da busca de dados fotográficos do local. Estes dados levantados foram analisados e descritos estatisticamente, na busca em promover um olhar profissional para o desenvolvimento sustentável da unidade.

Uma vez que os problemas ambientais e urbanos vêm se refletindo nesta RDS, ao longo de sua criação. Havendo necessidade em socializar as informações relacionadas às questões ambientais e repassar conhecimentos e informações científicas. Assim como, criar multiplicadores de boas ações, afinal existe centenas de indivíduos vivendo dignamente no local, e que precisam ser respeitados por todo (CHATEAUBRIAND e ANDRADE, 2007).

PREOCUPAÇÃO DOS GESTORES DA COMUNIDADE DO LIVRAMENTO NA REDES DO TUPÉ

Costa Neto (2006) discorre em seu trabalho que a grande preocupação dos gestores da REDES do Tupé é com a degradação ambiental, trazida pela expansão urbana com as invasões, da falta de

estrutura física e de segurança, a grande problemática ambiental nesta unidade, diz respeito à cheia, e a seca, dois períodos distintos, a cheia desbarranca as bordas e prejudica a vida dos ribeirinhos, e a seca tudo seca, inclusive a população fica sem água potável para beber, seca os lagos e os igapós que nas cheias cortam a unidade, ficando algumas nascentes com fios de água correndo, o que inviabiliza a retirada de água.

Observou-se uma preocupação dos habitantes locais, é quanto às ocupações irregulares, que tem ocorrido nestes últimos anos, eles esperam que o poder público tome providencias e estas cessem. Segundo alguns entrevistados deve haver um monitoramento da comunidade, juntamente com a brigada ambiental, que atuando juntos na unidade, diminuem os impactos e as pressões urbanas que afetam as comunidades.

Portanto, é fundamental realizar discussões e ações de desenvolvimento articuladas à conservação ambiental com a população local, com manejo e técnicas diversas para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Há toda uma pesquisa local para a implementação da prática do turismo ecológico sustentável, em trilhas, visitas monitoradas, pois estas são atividades com baixo impacto, que pode ser aplicada e desenvolvida principalmente por moradores que, mais do que ninguém, conhecem bem a região, o que facilita a proteção desta unidade. Sendo este tipo de trabalho, uma atividade possível de gerar desenvolvimento social e econômico para as populações locais, além de colaborar na conscientização e conservação de áreas naturais de relevância global.

Foi verificado que atualmente há uma busca na unidade, sobre a relação entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Como solução da ocupação humana local, o que implica, em última



instância, a refletir sobre a inter-relação entre a sociedade, seu ambiente e como se deu esta ocupação, e o que pode ser feito pelo poder público na contenção de invasões e retirada de recursos naturais sem autorização.

INSTRUMENTOS DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS - LEI 9.985/2000 - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC)

O poder público pode e deve utilizar instrumentos jurídicos ambientais, na melhoria e preservação nesta unidade de conservação, uma vez que o art. 2º diz que, as unidades de conservação da natureza são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos, com objetivos de conservação de seus limites e são definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Segundo o SNUC que instituiu a Lei 9.985/2000, onde diz que o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (SNUC/2000).

Cita ainda, que a diversidade biológica, com suas variabilidades de organismos vivos de todas

as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. Que os recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, e os elementos da biosfera, da fauna e da flora, instituiu a lei 9.985/2000.

A preservação de unidade de conservação deve ser vista, com seu conjunto de métodos, procedimentos e políticas, que visem à proteção em longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

Ou seja, a proteção integral, é a manutenção dos ecossistemas, estes devem estar livres de alterações, causadas por interferência humana, podendo ser admitido apenas, o uso indireto dos seus atributos naturais.

A conservação *in situ*, é a conservação de ecossistemas, com seus habitats naturais, também sua manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características, devem ser observadas.

Os Objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza são;
Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de

notável beleza cênica e cultural;
Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

LEI DA CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável – REDES do Tupé foi criada através do decreto lei municipal nº. 8.044 de 25 de agosto de 2005, embasado nos dispostos do artigo 20, § 1º. Lei Federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC/2000), nº. 9.985/00. Fundamentado na permanência e participação das populações locais, e na formação e manutenção de uma forte base científica para subsídio do manejo e conservação de ambientes naturais (SEMMAS, 2012).

Sendo que a REDES do Tupé é considerada a maior unidade de proteção do Município de Manaus e abriga em seu interior seis comunidades: São João, Livramento, Julião, Tatulândia, Agrovila Amazonino Mendes e Colônia Central, há em seu entorno outras sete comunidades: Bela Vista; Costa da Arara, Baixote e Caio São Sebastião, Nossa Senhora de Fátima, Ebenezer e Tarumã Açú.

A REDES do Tupé apresenta uma extensão de aproximadamente doze mil hectares (12.000) de floresta de igapó e terra firme, dotada de atrativos naturais de interesse turístico. É ladeada pelo Rio Negro, lagos, igarapés, igapós, e a praia do São João do Tupé, pelo rio Tarumã Mirim e o pelo Igarapé do Tatu. Estas comunidades estão dispersas, tendo seu acesso entre elas, fluvial em pequena canoa e barcos motorizados (SEMMAS, 2012).

ATRATIVOS DA RESERVA DE

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – REDES DO TUPÉ

Os atrativos desta unidade de conservação são diversos, há em seu entorno trilhas rasgadas por mateiros, pequena cachoeira, praias em épocas e no período de seca dos rios na região. Estas trilhas são utilizadas atualmente para dar acesso aos pesquisadores e cientistas das universidades e pesquisadores do INPA, UFAM e UEA e de outras universidades particulares ao interior da floresta, em colher material para suas pesquisas. Também são utilizadas estas trilhas para observação de fauna e flora, por visitantes e turistas em finais de semana e feriados (SILVA; SCUDELLER; MELO; APRILE, 2009).

Sendo que sua a vegetação é remetida ao período secundário, de origem antrópica, com pequenos roçados, e pastagens, tendo seu acesso facilitado próximo as comunidade, tem centenas de moradia, umas são isoladas das outras comunidades. Tendo suas habitações de madeira retirada da flora local, havendo poucas habitações de alvenaria. Verificou-se ainda, que existe nesta unidade de conservação, Igreja Católica, Evangélica, Escola de ensino médio, Posto de Saúde, Associação de Moradores, Rádio Comunitário, pequenos comércio, dentre outros.

POPULAÇÃO LOCAL

A população desta unidade de conservação, a grande maioria são indivíduos nascidos na região, que se utilizam da floresta como fonte de subsistência. E sobrevivem através da venda de bijuterias, construção de residências, trabalhos de caseiros, além da prática e na extração do açaí, caju, manga, bacaba, paxiuba, caie e diversas outras espécies locais, para o fabrico de polpa de frutas, doces e guloseimas (SILVA; SCUDELLER; MELO; APRILE, 2009).

Segundo o IBGE (2010) o total de habitantes da

REDES do Tupé atualmente é de 1.485 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco) nas seis comunidades, sendo que existem habitando nas comunidades do entorno cerca de 3.461(três mil quatrocentos e sessenta e um habitantes).

Foi observado na pesquisa de campo que há habitantes desta unidade de conservação que sobrevivem do turismo de finais de semana e feriados, com a colocação de pequenas barracas de comidas típicas à disposição de turistas e visitantes ao local.

Na visita pode ser verificado que esta unidade de conservação de uso sustentável, se utiliza da exploração dos recursos naturais, há muito tempo, já são antigos estes costumes, de usos dos recursos naturais, nem sempre com exploração adequada. É inadequada quando se utiliza da exploração da madeira para o fabrico do carvão, costume que foi coibido pelo poder público, mas que se observou que ele continua a existir. Sendo que antigamente fazer carvão era a única maneira da sobrevida nesta unidade, e o carvão servia para o abastecimento das usinas termoeletricas da cidade de Manaus, hoje é proibida esta prática, mas o hábito continua para alguns habitantes, que não sabem fazer outra atividade.

Quando se visita esta unidade em finais de semana, pode ser observado que o que mais degrada este ambiente não são as atividades descritas acima, e sim à exploração do turismo de massa desordenado. Este tipo de turismo degrada e destrói a biodiversidade local, devido à utilização



de embarcações de motores potentes e poluidores, que passam derrubando tudo, o pior período são na época das cheias, eles conseguem derrubar casas, desbarrancas o ambiente, degradam com seus diversos resíduos sólidos, a poluição sonora, com som a todo volume. Sendo que há na unidade exploração de atividades agrícolas de pequeno porte, criação de bovinos e caprinos vivendo na unidade, estas atividades são incompatíveis em unidades de conservação.

Na concepção de Santos e Silveira (2008, p. 209) a cidade e a sociedade são organismos vivos e doentes, e a segregação do ambiente traz exclusão social. Cabe a todos a responsabilidade destes locais, quer sejam acadêmicos, científicos, todos somos responsáveis para com estes ambientes. Este é um local que tem vocação para o desenvolvimento ao ecoturismo direcionado, e essa pode ser a estratégia correta para a preservação desta unidade.

PRESSÃO URBANA E CONSEQUÊNCIAS NA REDES DO TUPÉ

Na análise de Silva (2004, p. 218) à medida que se compreende a dinâmica das populações em unidades de conservação, é possível oferecer dados que venham ajudar o poder público na formulação de uma melhor forma de gestão. Nesse sentido, esta unidade, tem que ser contemplada não apenas em seu meio físico, sua biodiversidade, mas também a chamada sociodiversidade, ou seja, a natureza e as pessoas que lá habitam.

Nas observações e levantamento local pode ser visto que a população não tem uma qualidade de vida adequada, faltam recursos financeiros, elas buscam meios para fomentá-la, mas, esta melhoria nem sempre acontece de forma planejada. Devido à falta de infraestrutura e recursos adequados repassados pelos ativos ambientais locais e públicos, a região vem sofrendo uma grande

pressão humana finais de semana e feriados.

Para evitar algo ainda pior, pesquisadores em parcerias com instituições locais de pesquisa e de ensino, têm realizado projetos voltados na mudança da situação dos habitantes que vivem na área. Com apresentação de projetos de extensão e de empreendedorismo voltados para unidades de conservação de uso sustentável, uma forma de ensinar, o que pode e o que não pode ser feito nesta RDS.

Somado aos diversos problemas existentes nesta RDS, ainda há ausência de energia elétrica, e de água potável para a população habitante. O que de certa forma impede o armazenamento e o beneficiamento da produção adequadamente, obrigando os produtores a realizarem a comercialização *in natura*, causando sérios prejuízos, não tendo retorno financeiro.

No entanto, a pressão urbana que leva consequências a esta unidade de conservação de uso sustentável, ou REDES do Tupé, não está sendo vista de imediato, nem tida como um grande problema público. O que realmente preocupa pesquisadores e habitante é a falta de infraestrutura adequada. Diante desta situação de descaso do poder público para com esta unidade de conservação de uso sustentável, se não houver uma perspectiva de reestruturação, como forma de ensinar como explorar os recursos naturais que visem à conscientização e a preservação destas áreas. Estes recursos naturais tendem a desaparecer, e não poderão ser potencializadas no sentido que se implantem outras atividades alternativas de exploração e renda na comunidade.

Rodrigues (2005, p. 90-103) cita que as políticas públicas como concretizados de direitos sociais, devem atender as necessidades da sociedade em sua totalidade. Caso contrário, as pressões urbanas, com seus impactos, continuarão

seu curso até o final, podendo ser positivo ou negativo, cabe a toda a comunidade, ao poder público, usuários local, a consciência e o cuidado deste ambiente natural, para que este não seja extinto ou degradado.

Santos, (2002, p. 28) cita que a natureza sempre foi o celeiro do homem, ainda quando este se encontrava na sua fase pré-social, para que o animal homem se torne social é indispensável que ele também se torne o centro da natureza, e por ela adquira respeito e conscientização, pois somente com a integração homem natureza pode se chegar a um consenso.

Através deste estudo pode ser observado que nesta unidade de conservação, não possui nenhuma infraestrutura para a prática de atividades esportivas e de lazer. Essas atividades são realizadas de forma desordenada e aleatória não respeitando o ambiente natural e social.

Os problemas elencados encontrados na unidade são de natureza e frequência diferentes, mas vale ressaltar que a similaridades mostram uma preocupação muito maior com a precariedade da infraestrutura básica local.

Sendo que a ausência desta infraestrutura básica tem feito pressão urbana de pequenas invasões. Bem como, da falta de implementações de projetos que sejam suficientes e também de financiamento público visando novos empreendimentos não degradantes falta políticas públicas de monitoramento e fiscalização deste espaço natural, nesse sentido, há diversos entraves para o alcance do desenvolvimento sustentável da unidade, sendo o fundiário o maior deles.

Ao que tange a percepção socioambiental neste estudo, é de que, a Amazônia deve aproveitar a demanda mundial por destinos em busca da natureza conservada, e culturalmente ricos em fauna e flora, que a diversidade e a biodiversidade

sejam o chamariz ao futuro sustentado desta reserva de desenvolvimento sustentável. Segundo Pádua (2004, p. 66-92) a estrutura baseado em um desenvolvimento sustentável deverá está focado, em nichos de mercado ecologicamente corretos, sem desperdícios e agressão ao ambiente desenvolvido e sustentável.

O que se percebe é de que o Estado do Amazonas cresce em relação ao desenvolvimento sustentável, e o turismo em áreas naturais, pode ser considerado como uma das alternativas de desenvolvimento sustentável, principalmente porque existem dezenas de reserva de desenvolvimento sustentável ou RDS, criadas e ainda não habilitadas ao turismo sustentável, e a REDES do Tupé deve ser contemplada e utilizada para a implementação do turismo de massa fundamentado na sustentabilidade.

Ao descrevermos sobre a REDES do Tupé, pode-se dizer que este é um seguimento que não deve haver ocupação urbana do espaço integralmente. Se estas ocupações surgirem deverá ser criado diferentes alterações dos espaços naturais locais. Por consequência existirão inúmeros estágios exploratórios do espaço ambiental. Com tendência ao desaparecimento, da biodiversidade que sequer foi coletada, estudada ou conhecida, ou seja, temos muito que perder, se estes espaços forem degradados antes de serem estudados.

Foi observado que a REDES do Tupé, vem sendo repensada e preparada para que seja utilizada ao turismo de natureza, com parcerias composta por ribeirinhos, caboclos e indígenas, adotando a política de trabalhar com segurança, qualidade e responsabilidade em ecoturismo, sendo que esta nova forma de trabalho tem caminhado muito lentamente na unidade.

Sendo que a Prefeitura Municipal de Manaus

atraves da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, tem buscado fomentar parceiros e clientes na formação de uma consciência ambientalista. Mostrando que é possível de forma sustentável que se utilize do patrimônio natural e cultural, na promoção do bem-estar de visitantes turistas, quando das populações tradicionais habitantes desta unidade.

É a partir desse momento que a valorização desta unidade, terá mudanças significativas em relação às questões comportamentais e ambientais, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis, e multiplicadores de boas ações em áreas dentro de unidades de conservação. Observou-se este fato em visita ao local, aonde estas ações já vêm ocorrendo.

Quanto à detecção do ambiente na reserva, e dos atrativos se deu por meio de análises documentais coletadas na SEMMAS, detectou-se que é fundamental ampliar as atividades de ecoturismo nesta unidade. Este deve se dar de forma gradual e conjunta com a comunidade. Bem como, por adequação técnica, no sentido de planejar meios e viabilizar, monitorar e minimizar impactos tanto ambientais quanto de pressão urbana, deve ser utilizado o Plano de Manejo, que este seja implementado e implantado no local. Desta forma evita-se uma maior problemática e cessa-se a pressão urbana sobre a unidade.

PRESSÃO URBANA

As atividades ambientais como preservação e conservação do local, segundo Miller (1997, p. 3-21) deve ter seu papel definindo com a comunidade enquanto ator ativo do processo, para que com conhecimentos e técnicas, tenha seu desenvolvimento realmente sustentável equilibrado.

Ao pesquisar sobre esta unidade de conservação, pode ser constatado é que há um descaso com estes locais, muita falação, e nenhuma ação concreta. É viável ressaltar que os órgãos públicos não demonstram compromisso com a comunidade. Entendemos no processo, que não se trata apenas da criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, mas sim, de um contexto que surge a partir dessa atitude. Faltam acompanhamento e orientação técnicas necessárias à sobrevivência da unidade, também da fiscalização de toda produção realizada na RDS, até o consumidor final, ou sua destinação, isto não tem ocorrido.

Ao ser levantado dado e ações nesta unidade, observa-se que foram cometidos muitos erros de planejamento, operação, controle. Estes erros foram produzidos principalmente pelo aumento excessivo da oferta de produtos sem nenhuma qualificação, nem autorização, respeito ambiental.



Santos (2002, p.32) destaca que a comunidade pode ser considerada como um espaço social, onde o cidadão pode e deve dar sequência ao seu processo de socialização e divertimento. Esta deve ter uma gestão responsável, sustentada nos recursos naturais e no respeito à preservação e a identidade cultural das populações nativas e extrativistas habitantes nesta unidade de conservação de uso sustentável.

O bem gerir em unidade de conservação deve estar focado em não permitir que as pressões urbanas modifiquem este espaço natural, a gestão, deve valorizar cada ação, em conjunto com todos os indivíduos habitantes e visitantes, pois estas ações servirão de mudanças, tanto de comportamentos quanto das questões ambientais corretas e sustentáveis.

Estas ações devem ser aprendidas no cotidiano, pois estarão contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis, o que garantirá a vida de futuras gerações, pois “uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”. (LESTER BROWN, 2003).

Diante do exposto podemos considerar que o meio ambiente e o turismo com sustentabilidade, respeito à natureza, passou a ser prioridade de vida, e importância impar das comunidades envolvidas nesta REDES do Tupé. A temática ambiental engloba a todos os indivíduos, deve-se ter uma visão integrada do mundo, no tempo e no espaço.

Cabe ao gestor desta unidade, oferecer meios para que cada indivíduo participante da REDES, compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequências, o seu meio socioambiental, político, econômico, e também aos indivíduos visitantes, que sejam recebidos e tratados como seres vivos, em harmonia e equilíbrio, que tratem estes espaços de todos, da

mesma forma que foram recebidos.

Esta visão é baseada em estudiosos, e da preocupação em tornar pública a importância da preservação e do planejamento, de forma concreta e permanente em ambientes de unidades de conservação em nosso país. Na análise de Trigueiro (2012, p. 54-87) descreve que o homem moderno, predominantemente urbano, nasce e se cria em ambiente artificial. Suas percepções e seus sentimentos são moldados por circunstâncias, que nada se assemelham aquelas que nos deram partes, tornou-se origem e evoluímos.

Garcia (2013) cita que o homem vivente da sociedade pós-moderna está entre nós, está mais do que em outros tempos, mais do que entre outras partes, tornou-se incapaz de sentir profundamente, há toda uma alienação ao belo, não se incomoda com a feiura, com o lixo, com a agressão a paisagem, ao próximo, falta-lhe a ânsia de alcançar a harmonia em torno de si, pode se dizer que virou um perfeito homem das cavernas, vivendo num mundo moderno, mas brutalizado. Apesar de toda evolução, não saímos do lugar, regredimos.

Observa-se que não somente o ambiente em que vivemos, predispõe-nos à alienação diante do mundo vivo. Toda filosofia de vida, nossa ética convencional, encontra-se em fundamental nas leis da vida, em equilíbrio com o planeta, no qual habitamos. Portanto, é indiscutível que as comunidades, e o nosso país, precisam crescer gerar emprego, renda e movimentar a economia, transferindo recursos do setor financeiro para o setor produtivo.

As unidades de conservação no seu todo, devem contar diariamente e durante 365 dias do ano, com a colaboração e o amparo de órgãos competentes, caso nada aconteça, suas boas ações estarão fadadas a ser abandonadas, e toda a população mudar-se para a cidade, causando um

caos ambiental e de qualidade de vida, a mercê da violência e da carência alimentar e afetiva (GARCIA, 2010).

Para que estas unidades de conservação tenham a sustentabilidade e equilíbrio ambiental, requer coragem do gestor, e dos indivíduos ou populações que ali habitam. Em se falando de uma cultura ambiental diferente e nova, uma nova cultura política, um novo modelo de gestão, novos parâmetros, para o desenvolvimento com sustentabilidade dentro destas unidades de desenvolvimento sustentável no estado do Amazonas deem certo, existir elas já estão no papel, cabe à comunidade envolvida, e ao poder público fazer com que elas se sustentem.

Nesse sentido Vieira (1998, p. 81) destaca que devemos considerar que o meio ambiente passou a ser prioridade a vida, a importância da temática ambiental engloba a todos os indivíduos, este meio ambiente pertence ao mundo.

Trasferetti (2006, p. 16) cita que é importante analisarmos o mundo atual, que percebamos que futuro se quer, e o que iremos deixar aos nossos descendentes, viver dentro de um compromisso ético com o outro, que estes recursos naturais não faltem, nem sejam extintos. Ou seja, devemos olhar para o amanhã, sem que utilizemos os recursos todos hoje, e sim que sobre as próximas gerações.

Hoje o mundo engloba primeiro a questão sobre a ecologia, e o olhar só para nós mesmos, só para nossas necessidades, sem nos preocuparmos com as gerações futuras, e nem com as populações tradicionais, que continuam a preservar e conservar as suas culturas e os seus projetos de vida. Quando nos esquecemos dos recursos naturais e que estes são finitos, estamos ferindo nossos compromissos éticos, com o futuro do planeta.

Portanto, compete aos profissionais dar suporte e orientação, que seja repassado às responsabilidades socioambientais e éticas, pois é

diante do seu agir profissional, com possíveis propostas com técnicas simples e de fácil entendimento, que haverá mudanças.

Partindo do princípio geral que a inclusão da variável ambiental e das políticas e intervenções sociais destas comunidades em unidades de conservação sobreviverão desde que tenham suporte de órgãos competentes, e de indivíduos comprometidos com o outro e com o ser ambiental. Desta forma, é que, as organizações devem implantar bases para a gestão dos recursos naturais em unidade de conservação, apoiando-os nas tarefas e desenvolvendo propostas de formação e capacitação destinada a prevenir problemas socioambientais e melhorar a qualidade de vida de populações tradicionais e extrativistas.

Na acepção de Oliveira (2002, p. 38) onde ele diz que para que possa haver modificações, é necessário ouvir a população local, promover espaço para novos diálogos, novas perspectivas de emancipação não apenas para alguns, mas para todos os envolvidos.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pensar em desenvolvimento regional, antes de qualquer coisa, é pensar na participação da sociedade local, no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento.

O desenvolvimento deve encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento-incremento positivos no produto e na renda, transformando para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tal como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, p. 40, 1991).

A problemática ambiental, decorrente do desenvolvimento e a compreensão do mesmo, facilitam elaborações de implementações e ações



©2013 Editora Floresta
Editorial Deivar Floresta

direcionadas ao combate dos impactos ambientais, da integração da gestão pública e privada, a participação no local com os profissionais envolvidos é de extrema importância a essas ações. Por fim, o desenvolvimento é fundamental para gerar qualidade de vida através da participação ativa de todos os atores sociais envolvidos. Com isso haverá resultados significativos para as questões ambientais, gerando um mundo sustentável.

Vieira (1998, p. 82) diz que na Amazônia a modernização também tem provocado substanciais transformações na vida econômica, social e cultural de seus habitantes. Sendo que com a utilização da ciência, das novas tecnologias, tem modernizado e incorporado economicamente os recursos naturais da floresta tropical, gerando emprego, qualidade de vida das populações, com vistas ao mundo globalizado, mas os bolsões da periferia das cidades na Amazônia ainda sofrem com escassez de recursos e renda.

Ele ainda diz mais, que para modificar essa situação, é necessário ouvir a população local, dar espaço para novos diálogos, novas perspectivas de emancipação, não apenas para alguns iluminados, mais para parcelas maiores da sociedade, principalmente de habitantes periféricos, deve-se ter um olhar a estes, de outra forma, estes passarão a desfrutar dos recursos ambientais indistintamente, até sua finitude. O que prejudica o planeta como um todo.

Na visão de Oliveira (1998, p. 27) o desenvolvimento sustentável deve ser encarado

como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. O desenvolvimento nada mais é que o crescimento, e incrementos positivos do produto e da renda, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como a saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Para Camargo (2002, p.27), o modelo de desenvolvimento utilizado hoje no Brasil, produz exclusão social e miséria, por um lado, o consumismo, a opulência e desperdício, por outro, baseia-se no aumento crescente de produção e, conseqüentemente, do consumo. Na busca pelo lucro rápido, a ação humana não só está tendendo a dizimação da vida selvagem, como para a destruição da harmonia com o seu meio e o seu todo. Outra preocupação é que os recursos, tanto renováveis, como os recursos não renováveis, estão seriamente comprometidos, sendo este fator de grave importância devido ao aumento em grandes proporções da humanidade e das necessidades básicas do ser humano, há que se repensar na forma como estamos vivendo hoje.

TURISMO EM RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fazer turismo é uma experiência de vida, e talvez até a realização de um sonho, nada melhor que fazê-lo em ambiente saudável, preservado ecologicamente no qual há respeito pela diversidade humana e cultural. Se essas condições não são asseguradas, o destino começa a declinar, deixa de gerar os benefícios econômicos, sociais e ambientais a que se propõe.

Deve-se respeitar a legislação vigente, garantir os direitos das populações locais, conservar o ambiente natural, bem como toda sua

biodiversidade, considerar o patrimônio cultural, os valores locais e estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos. Para tanto, é fundamental a participação popular, porque um dos fatores de sucesso do turismo sustentável é o comprometimento da população local.

A comunidade precisa estar plenamente consciente de que essa atividade é uma forma de desenvolvimento, com possibilidade de prosperidade a toda região, um importante elemento de inclusão social com a geração de emprego, renda nas próprias localidades, para que estas obtenham qualidade de vida como determinado pela OMT – Organização Mundial do Turismo (2009).

Sendo turismo uma alternativa nas comunidades dentro de unidades de conservação, quando este for adequadamente planejado, pode potencializar as atividades, sendo necessário o envolvimento e a participação de toda a comunidade e do poder público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao visitarmos a REDES do Tupé, levantou-se com o gestor o objetivo da criação da unidade, *"o de proteger a floresta, as águas, a comunidade e seus habitantes, e da própria biodiversidade local, buscando proteger as espécies em alto risco de extinção, implementar melhorias na qualidade de vida das populações tradicionais e extrativistas que ali habitam"*.

Além dos benefícios ambientais, é esperada por toda a comunidade a geração também de benefícios sociais, através da aplicação dos programas de fortalecimento da fiscalização, controle ambiental, geração de renda de negócios sustentáveis, no desenvolvimento comunitário, e turístico, com as pesquisas e educação, também do pagamento direto por serviços ambientais e do turismo sustentado.

O estudo veio a confirmar os resultados de trabalhos anteriores, ao que concerne aos elementos que difere o grupo de moradores, do grupo de gestores, onde a primeira volta sua representação para o senso comum, relacionando o meio de forma antropocêntrica, o segundo grupo representando-o de acordo com conceitos, das diversas formas de ciência, de forma biocêntrica.

Concluiu-se que o método empregado, mostrou-se profícuo para um aprofundamento nos estudos de representações socioambientais. Para o grupo de pesquisadores de campo que estiveram em visita a REDES do Tupé, foi uma oportunidade em trocar experiências, convivência com pessoas de origem diferentes da sua, formação diversificada. O que enriquece a aprendizagem, melhora a visão destas, como forma em ajudar a resolver questões enfrentadas pelas comunidades, bem como conhecer estas populações, sua maneira de vida e respeito ao meio ambiente e aos visitantes.

RECOMENDAÇÕES

Esperamos que com este trabalho, haja a possibilidade em colaborar como ferramenta de estímulo a outros pesquisadores e autoridades, que a sociedade tenha consciência, e concomitantemente a iniciativa de eliminar os riscos que causam as más pratica ao ambiente natural, devendo respeitar não só a natureza, mas a população que ali vive. A pretensão e necessidades observadas nesta unidade de conservação deve haver a promoção de palestras, oficinas e atividades que conduzam à utilização mais adequada de recursos disponibilizados neste local, devendo ser utilizado as frutas, e vegetais que abundam o local.

Assim sendo, e em função de níveis de sustentabilidade a ser proposta a comunidade, para

que esta venha tornar-se eficaz no aprendizado e nos processos de gestão administrativa e social. Deve ser levado conhecimento através de metodologias de ensino de fácil entendimento, técnicas que flexibilizem o aprendizado, estas irão permitir a reflexão crítica da realidade, assim como, à valorização do patrimônio cultural, e natural da região, com respeito às populações ao meio ambiente e a sustentabilidade, aliados a qualidade de vida dos moradores locais, visando o futuro equilibrado do planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns políticos, urbanistas e planejadores urbanos costumam ignorar o fato que, para que se tenha um ambiente equilibrado, com retorno financeiro, deve haver políticas direcionadas a ele, mas o que se vê hoje na REDES do Tupé é um completo abandono de qualquer política pública de melhoria ou ajuda as populações ali estabelecidas.

A cidade, e a sociedade no seu todo é um organismo vivo, seu funcionamento e seus elementos irão constituir a sua historia. Devemos estar atentos e pensar que a cidade muda quando muda à sociedade, e a grande cidade de Manaus é um organismo vivo e doente hoje. Não há preocupação com o impacto das ações humanas, bem como a explosão populacional, marca a falta de humanização, e o desrespeito, com a Ciência que estuda a relações entre os seres vivos e o meio ambiente onde eles vivem, ou seja, um desrespeito à ecologia a biodiversidade e aos biomas existentes.

A cidade de Manaus, bem como seu entorno, incluindo as unidades de conservação de uso sustentável, o caso da REDES do Tupé, paga um preço alto por conta da expansão urbana, do inchaço populacional. Um completo abandono ao meio ambiente, por este desrespeito, por conta da expansão urbana, das invasões com a derrubada

das florestas, deslizamentos, poluição dos rios, secas e alagamentos se paga um preço alto por conta destes desmandos e desrespeito ao meio ambiente. Restando no local, falta de vegetação, arborização, que ocasionam ilhas de calor, desaparecimento de nascentes, a temperatura se eleva no verão, quem tem pagado por estes desmandos são todos nós, e o próprio meio ambiente. Observou-se no local, falta de respeito aos aspectos de conservação e proteção, assoreamento do lago, dos igarapés, das nascentes, excesso de resíduos sólidos, internamente e no entorno, voçorocas, falta de água, esgoto a céu aberto, e muitos outros problemas, que necessitam de melhoria e respeito.

Na reflexão que Friedrich Nietzsche (1882) nos chama atenção, “que eu também quero a volta à natureza, mas essa volta não significa ir para trás, e sim para frente”. Sendo que o que vemos vai contra o que se quer ao planeta, equilíbrio ambiental e respeito para com o todo. Enquanto Malthus (1798) afirmava que,

o crescimento populacional dos grandes centros causara a humanidade a segregação do ambiente, irá trazer a exclusão social, e tudo será dificultado, todo tipo de serviços faltará, as estrutura públicas será dificultada, faltará oportunidades que causarão mal estar em todo o meio ambiente terrestre, este deve ser repensado a partir de agora.

Se nós observarmos estes fatos do ontem, e o agora, veremos o caos entre os seres vivos, quer do campo ou da cidade.

Quanto a nossa análise final dos aspectos socioambientais, é de que na área de visitação pública da REDES do Tupé, são poucos os recursos humanos e materiais utilizados como instrumentos sócio-educativos e ambientais.

Estes não atendem a legislação federal, falta implementar novos projetos que contemplem estas áreas. Principalmente ao que diz respeito a novos

projetos de sustentabilidade destas populações, localmente existem poucas iniciativas de medidas compensatórias ambientais, falta mais investimentos por parte do poder público na implantação de novos projetos, para que sejam utilizados os recursos humanos e os produtos locais para que os comunitários tenham melhor condições de vida.

REFERÊNCIAS

- BENTES, G. M. **Política e Meio Ambiente: a inclusão das unidades de conservação na agenda de Governo do Estado do Amazonas**. Raízes. v. 32.n.1, jan-junho. 2012.
- _____, **Reserva de Desenvolvimento Sustentável: da realidade à legislação no Estado do Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Programa de Pós Graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas. 2006.
- BENTES, D. S. e ROLIM, A. R. **O Amazonas no Brasil e no Mundo**. MANAUS/AM; MENS’SANA. 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - **SNUC**, e dá outras providências. Brasília: Imprensa nacional. 2002. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação** - www.planalto.gov.br - Leis - Acessado em 07/09/2012.
- BROWN, Lester. **A economia da Terra**. Eco-Economia. Universidade Livre da Mata Atlântica. 2003. www.uma.org.br. Acessado em 14.11.2012.
- CAMARGO, A. L. B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. Florianópolis. Tese de Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.
- CHATEAUBRIAND, A. D.; ANDRADE, E. **Tupé: gestão ambiental e desenvolvimento sustentável**. Programa REDES Tupé. 2007. E-mail: ellenandrade@ufam.edu.br. 2007.
- COSTA NETO, A. R. **Espaços Naturais de Manaus: uma interpretação da participação dos atores sociais, no contexto de gestão**. Tese de Mestrado – PPGCIFA – UFAM. 2006.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Ecopercepção: um resumo didático dos desafios socioambientais**. São Paulo: Gaia. 2004.
- GARCIA, M. G. **Avaliação dos resultados obtidos com o modelo de gestão adotado na REDES do Tupé, Manaus (AM): comunidade nossa senhora do Livramento**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências florestais e Ambientais – PPGCIFA. 2013.
- GARCIA, M. G. **A Plantinha Que Queria Viver**. Ed. Clube de Autores. www.clubedeautores.com.br. 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. Edição. Editora Atlas. São Paulo. 2009.
- IBGE - www.ibge.gov.br – **População de Manaus**. Censo 2010. Acessado em 07/09/2012
- IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Roteiro Metodológico para Gestão de Área de Proteção Ambiental**. Brasília. 2012.
- KOEHLER, H. S. **Estatística Experimental**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Paraná. 2006.
- LIMA, Francisco José Rosa de. **Indicadores para analisar e promover o desenvolvimento sustentável regional**. Revista de economia e relações internacionais – FAAP, São Paulo, v. 5, nº 10, jan. 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa** - 7ª Ed. Atlas. São Paulo. 2008.
- MILLER, K. R. **Evolução do Conceito de Áreas de Proteção: oportunidades para o século XXI**. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Vol. 1. 1997.
- MMA. Ministério do Meio ambiente - **Plano de Desenvolvimento do Pólo de Ecoturismo do Estado do Amazonas**. 2003.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma Discussão**

Sobre o Conceito de Desenvolvimento. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n. 2, maio/agosto. 2002.

PÁDUA, J. A. **500 Anos de Destruição Ambiental no Brasil:** Uma lição a ser aprendida. Série Técnica – Brasília – DF, WWF – Brasil. Volume V, 2002. **A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais** (artigo, 2004). <http://www.ambiente.sp.gov.br> – Acessado em 10.11.2012.

PROJETO TUPÉ. **Infraestrutura da Praia do Tupé: propostas e projetos.** Manaus-AM. 2000.

RODRIGUES, J. E. R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2005.

SANTOS, M. **Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional.** In: Santos, M. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec. 2002.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Record. 10ª Edição. Rio de Janeiro. 2008.

SEMMAS. **Minuta do Plano de Gestão da REDES do Tupé.** 2011. www.manaus.am.gov.br/noticias/semmas - Plano de Manejo - Acessado em 10.10.2012.

SILVA, Edinaldo Nelson dos Santos, SCUDELLER, Viridiana Vizoni. MELO, Sergio. APRILE, Fabio Marques. **BioTupé: meio Físico, diversidade biológica e sociocultural.** v. 2. Manaus – AM. UEA. Edição. 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. **Continentes em Chamas: globalização e território na América Latina.** Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2005.

SILVA, M. R. **Povos de terra e água: a comunidade pesqueira Canto do Mangue - Canguaretama (RN) – Brasil.** 2004. Dissertação. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba. São Paulo. 2004.

TRASFERETTI, José. **Ética e Responsabilidade Social.** Campinas, SP: Editora Alinea. 2006.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação.** São Paulo: Globo. 2012.

VIEIRA, Paulo Freire. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento.** In: Meio Ambiente Desenvolvimento & Cidadania: desafios

para as ciências sociais. 1998, 3ª. Edição. São Paulo: Cortez/Florianópolis. UFESC. 2001.

VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.